

MARES - MAPFRE RISCOS ESPECIAIS SEGURADORA S.A.

CNPJ Nº 87.912.143/0001-58



MAPFRE SEGUROS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e societárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008, acompanhadas dos respectivos pareceres Atuarial, dos Auditores Independentes e do Comitê de Auditoria. A MARES - MAPFRE Riscos Especiais Seguradora S.A. encerrou o exercício de 2009 com R\$ 194,9 milhões de prêmios retidos, 15,1% superiores aos registrados em 2008. As provisões técnicas de seguros tiveram incremento de 23,3% em relação às contabilizadas em 31 de dezembro de 2008 e encerraram o exercício com o saldo de R\$ 66,2 milhões. Os ativos totais somaram R\$ 220,6 milhões (crescimento de 14,1% em comparação aos de 2008). A Seguradora registrou no exercício lucro antes dos impostos e participações de R\$ 52,1 milhões (R\$ 39,4 milhões em 2008) e lucro líquido de R\$ 31,6 milhões (R\$ 24,8 milhões em 2008). A Administração deliberou, em dezembro de 2009, a distribuição de dividendos aos acionistas no montante de R\$ 20 milhões, por conta dos resultados do exercício de 2009. A Administração propôs que o lucro remanescente do exercício de 2009, de R\$ 11,6 milhões, seja destinado: R\$ 1 milhão para Reserva Legal, correspondente a 5% do lucro líquido do exercício; e R\$ 10 milhões para a constituição de reservas estatutárias, deliberações estas a serem submetidas, para ratificação, à Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no mês de março de 2010. A política de reinvestimento de lucros definida pelos Acionistas prevê a manutenção de Patrimônio Líquido em montante superior aos níveis exigidos pela legislação vigente, com distribuição de parte do excesso por meio de dividendos. Em atenção ao disposto nas Circulares SUSEP nº 379/08 e nº 385/09, de 19 de dezembro de 2008 e 29 de junho de 2009, respectivamente, a MARES - MAPFRE Riscos Especiais Seguradora S.A.,

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2009 e 2008 (Em milhares de reais)

	2009	2008
Ativo		
Circulante	141.408	122.808
Disponível	1.699	1.470
Caixa e bancos	1.699	1.470
Aplicações	47.440	32.446
Títulos de renda fixa	8.668	10.107
Quotas de fundos de investimentos	38.715	22.283
Outras aplicações	57	56
Créditos das operações com seguros e resseguros	38.703	43.879
Prêmios a receber	17.106	14.820
Operações com seguradoras	1.526	1.351
Operações com resseguradoras	13.809	10.849
Outros créditos operacionais	7.694	18.155
(-) Provisão para riscos de crédito	(1.432)	(1.296)
Títulos e créditos a receber	52.871	44.487
Títulos e créditos a receber	51.372	43.654
Créditos tributários e previdenciários	92	86
Outros créditos	1.407	747
Outros valores e bens	2	-
Bens à venda	2	-
Outros valores	5	-
Despesas de comercialização diferidas	608	485
Seguros	608	485
Despesas de resseguro e retrocessões diferidas	62	41
Despesas de resseguro e retrocessões diferidas	62	41
Ativo não circulante	79.174	70.463
Realizável a longo prazo	76.988	68.349
Aplicações	39.217	33.482
Títulos de renda fixa	15.109	9.158
Títulos de renda variável	-	284
Quotas de fundos de investimentos	24.099	24.315
Outras aplicações	9	9
(-) Provisão para desvalorização	-	(294)
Créditos das operações com seguros e resseguros	4.225	4.225
Prêmios a receber	4.225	4.225
Outros créditos operacionais	2.524	2.524
(-) Provisão priscos de crédito	(2.524)	(2.524)
Títulos e créditos a receber	33.546	30.642
Títulos e créditos a receber	256	-
Créditos tributários e previdenciários	13.036	13.019
Depósitos judiciais e fiscais	20.254	17.623
Permanente	2.186	2.114
Investimentos	2.001	1.985
Participações societárias - financeiras	186	168
Imóveis destinados à venda	2.131	2.131
(-) Provisão para desvalorização	(243)	(243)
(-) Depreciação	(73)	(71)
Imobilizado	182	109
Bens móveis	182	109
Outras imobilizações	26	191
(-) Depreciação	(60)	(82)
Intangível	3	20
Outros intangíveis	3	20
TOTAL DO ATIVO	220.582	193.271

	2009	2008
Passivo		
Circulante	93.477	74.737
Contas a pagar	15.980	17.733
Obrigações a pagar	860	565
Impostos e encargos sociais a recolher	495	485
Encargos trabalhistas	43	3
Impostos e contribuições	12.529	6.465
Outras contas a pagar	2.053	215
Debitos de operações com seguros e resseguros	6.940	7.809
Prêmios a restituir	99	100
Operações com seguradoras	519	677
Operações com resseguradoras	405	1.255
Corretores de seguros e resseguros	5.874	5.162
Outros débitos operacionais	43	615
Depósitos de terceiros	4.407	5.527
Provisões técnicas - seguros e resseguros	66.150	53.668
Ramos elementares e vida em grupo	66.150	53.668
Provisão de prêmios não ganhos	2.598	2.058
Provisão de sinistros a liquidar	46.496	36.200
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	25	9.889
Outras provisões	-	-
Provisão complementar de prêmios	7.167	6.432
Exigível a longo prazo	21.931	24.914
Outros débitos	21.931	24.914
Provisões judiciais	21.931	24.914
Provisões fiscais	21.843	24.563
Provisões trabalhistas	88	351
Patrimônio líquido	105.174	93.620
Capital social	88.359	88.359
Aumento de capital (em aprovação)	-	-
Reservas de reavaliação	857	857
Reservas de lucros	15.988	4.404

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008 (Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reservas de reavaliação	Reserva de lucros		Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
				Reserva estatutária	Reserva legal			
Saldos em 31 de dezembro de 2007	19.518	40.000	857	28.841	1.583	-	-	90.799
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital em aprovação - AGE de 27 de fevereiro de 2008	-	28.841	-	(28.841)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	24.820	24.820
Reserva legal	-	-	-	-	1.241	-	(1.241)	-
Reserva estatutária	-	-	-	1.580	-	-	(1.580)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	(21.999)	(21.999)
Saldos em 31 de dezembro de 2008	19.518	68.841	857	1.580	2.824	-	-	93.620
Homologação do aumento de capital - Portaria SUSEP nº 1030 de 26 agosto de 2009	68.841	(68.841)	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	31.554	31.554
Reserva legal	-	-	-	-	1.578	-	(1.578)	-
Reserva estatutária	-	-	-	9.976	-	-	(9.976)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	(20.000)	(20.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	88.359	-	857	11.556	4.402	-	-	105.174

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MARES - MAPFRE Riscos Especiais Seguradora S.A., tem como objetivo social operar em seguros e resseguros nos ramos de vida e elementares. A Seguradora integra o SISTEMA MAPFRE, conjunto de empresas e entidades que operam em seguros e atividades correlatas, com sede em Madrid, Espanha. Os custos das estruturas operacionais e administrativas comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente. Em 06 de outubro de 2009 o Grupo Segurador MAPFRE e o Banco do Brasil firmaram Protocolo de Intenções, com o objetivo de formar aliança estratégica para o desenvolvimento do mercado brasileiro dos negócios de seguros de riscos, nos segmentos de pessoas, ramos elementares e automóveis, aliança essa que se beneficiará das estruturas e capacidades existentes da MAPFRE e do Banco do Brasil. Diante deste contexto esta Sociedade fará parte da aliança.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, normas do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e estão sendo apresentadas segundo critérios subjetivos estabelecidos pelo plano de contas, instituído pelas Circulares SUSEP nº 379/08 e nº 385/09. Na elaboração das demonstrações financeiras do exercício findo em 2008, a Seguradora adotou, pela primeira vez, as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638/07 por meio da Circular SUSEP nº 379/08. Em atendimento a esta legislação, os seguintes ajustes foram efetuados: i) substituição da DOAR - Demonstração das Origens e Aplicações dos Recursos pela DFC - Demonstração dos Fluxos de Caixa e ii) reclassificação dos itens componentes do ativo diferido para o ativo intangível. As demais mudanças introduzidas pela referida Circular não geraram efeitos significativos. A Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC, cuja divulgação tornou-se obrigatória pela Lei nº 11.638/07 por meio da Circular SUSEP nº 379/08, foi elaborada pelo método direto e sem a apresentação da conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais, conforme modelo estabelecido pela Circular SUSEP nº 379/08.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e equivalentes de caixa: Incluem caixa, saldos positivos em conta corrente, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias entre a data de aquisição e vencimento igual ou inferior a 90 dias e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e que não afetem a vinculação com ativos garantidos. **b) Estimativas contábeis:** A determinação das estimativas contábeis levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, respectivamente, a respeito de eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: provisões técnicas; a mensuração dos títulos e valores mobiliários; as considerações de reconhecimento e mensuração de custos de desenvolvimento capitalizados como ativos intangíveis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprevisões inerentes ao processo de sua determinação. A Seguradora revisa suas estimativas e pressupostos pelo menos semestralmente. **c) Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias: **• Títulos para negociação;** **• Títulos disponíveis para venda;** e **• Títulos mantidos até o vencimento.** Os títulos classificados como para negociação e disponíveis para venda são ajustados, na data do balanço, para seu valor de mercado e os classificados como títulos mantidos até o vencimento são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os ajustes ao valor de mercado dos títulos classificados para negociação são apropriados no resultado do período. Os ajustes ao valor de mercado dos títulos classificados como disponíveis para venda são contabilizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido "Ajustes com títulos e valores mobiliários", líquido dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do período quando da efetiva realização pela venda definitiva dos respectivos títulos e valores mobiliários. **d) Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos compostos por operações de "Swap" e operações com opções são contabilizados pelo valor de mercado, de acordo com os seguintes critérios: **• Operações de Swap** - o diferencial a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriados como receita ou despesa "pro rata-die" até a data do balanço. **• Operações com Opções** - os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção, e contabilizado como redução ou aumento do custo do direito, pelo efetivo exercício da opção, ou como receita ou despesa no caso de não-exercício. **e) Prêmios de seguros, resseguros e despesas de comercialização:** Os prêmios de seguros, os prêmios cedidos e os respectivos custos de comercialização são registrados quando da emissão da apólice ou fatura e reconhecidos no resultado de acordo com o regime de competência, observando o transcorrer da vigência do risco. As operações de resseguro aceito são contabilizadas com base nos informes recebidos das respectivas congêneres e as operações de retrocessão são contabilizadas com base nos informes recebidos do IRB Brasil Resseguros S.A. As receitas e os outros custos relacionados a apólices com faturamento mensal, cuja emissão da fatura ocorre no mês subsequente ao período de cobertura, são reconhecidas por estimativa, calculadas com base no histórico de emissão. Os custos estimados são ajustados e revertidos quando da emissão da fatura. As despesas de comercialização são diferidas e apropriadas ao resultado, no decorrer do prazo de vigência dos seguros. As receitas e despesas decorrentes de operações de seguros do ramo DPVAT são contabilizadas com base nos informes recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.. A Seguradora constitui provisão relativa a riscos vigentes e não emitidos, cujo valor foi determinado com base em cálculos atuariais que levaram em conta a experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial para prêmios, provisões técnicas, comissões sobre prêmios emitidos e despesas de comercialização diferidas. **f) Provisão para riscos de créditos:** A provisão para riscos sobre créditos é o valor calculado pela Administração para cobrir as perdas esperadas na realização dos créditos, sendo calculada com base no percentual de perda histórica aplicados sobre a totalidade das aplicações vencidas acima de 60 dias. **g) Imobilizado:** O investimento na Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, é avaliado pelo método de custo. **h) Investimentos:** Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, considerando os seguintes aspectos: **•** Os imóveis foram reavaliados em 1998, nos termos das Circulares SUSEP nºs 07/97 e 50/98. **•** De acordo com o Pronunciamento do CPC 13 - A Lei nº 11.638/07 eliminou a possibilidade de reavaliação espontânea de bens. Assim, os saldos existentes nas reservas de reavaliação constituídas antes da vigência dessa Lei, podem ser mantidas ou revertidas. A Seguradora decidiu por manter a reserva de reavaliação, e **•** As depreciações do imobilizado são calculadas pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens, às taxas anuais de 10% para móveis e utensílios, 20% para equipamentos de processamento de dados e veículos, e pelo período remanescente da vida útil dos bens imóveis reavaliados, tomando por base os laudos dos peritos independentes. **i) Intangível:** É composto por recursos aplicados no desenvolvimento de softwares e por custos de desenvolvimento e implantação de sistemas, sendo amortizados por um prazo de 5 anos a partir da data de sua utilização. **j) Redução do valor recuperável:** A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **k) Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo CNSP e pela SUSEP. A provisão de prêmios não ganhos é constituída pela parcela do prêmio histórico correspondente ao período de risco a decorrer, calculada pelo método "pro rata-die" e atualizada monetariamente, quando aplicável. A provisão de sinistros a liquidar é constituída por estimativa de pagamentos prováveis, líquidos de recuperações de resseguro cedido, determinada com base nos atos de sinistros recebidos até a data do balanço e atualizada monetariamente nos termos da legislação. A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados, é realizada com base em cálculos atuariais que consideram a experiência histórica e metodologia prevista em Nota Técnica Atuarial - NTA. A Provisão para Insuficiência de Prêmios - PIP, é calculada segundo nota técnica atuarial - NTA. Dos cálculos efetuados não resultou provisão a constituir em 31 de dezembro de 2009 e 2008. É constituída provisão para cobrir os encargos futuros com a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., na conta provisão de sinistros a liquidar e provisão de sinistros ocorridos mas não avisados, com base em informes emitidos pela administração do convênio. Sobre os valores constituídos, são calculados e provisionados juros à razão de 6% a.a. a débito da conta de "Despesas Financeiras". **l) Provisão complementar de prêmios:** A Resolução CNSP nº 162, de 26 de dezembro de 2006, em seus artigos 5º e 21º, com alterações introduzidas pela Resolução CNSP nº 181, de 17 de dezembro de 2007, estabeleceu a obrigatoriedade de constituição de uma provisão técnica denominada Provisão Complementar de Prêmios - PCP. A PCP deve ser calculada "pro rata-die", tomando por base as datas de início e fim de vigência do risco e o prêmio comercial retido, e as contribuições retidas ou prêmios líquidos recebidos, e o seu valor será a diferença, se positiva, entre a média das soma dos valores apurados diariamente no mês da constituição e a PPGO ou a PRNE constituída naquele mês e no mesmo ramo, considerando todos os riscos vigentes, emitidos ou não, recebidos ou não. **m) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Circular SUSEP nº 379/08 e pronunciamento NPC 22 - IRACON. **n) Contingências Ativas** - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. **o) Contingências Passivas** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. **p) Obrigações legais, fiscais e previdenciárias** - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente. **q) Outros ativos e passivos:** Um passivo é reconhecido no balanço quando a Seguradora possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas e risco envolvido. Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seu benefício econômico futuro serão gerados em favor da Seguradora e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **o) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real anual excedente aos limites fiscais estabelecidos. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 15% (9% até abril de 2008) sobre o lucro líquido ajustado pelos itens definidos em legislação específica. Os prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social apurados em exercícios anteriores, são compensados respeitado o limite de 30% do lucro tributável, e constituídos créditos decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social, conforme demonstrado na Nota 14. Em consonância com as determinações da SUSEP, os créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social são reconhecidos contabilmente nos exercícios em que são gerados, ajustados pela provisão para perdas quando aplicável. **p) Apuração do resultado:** As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Títulos	2009					2008		
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	
I. Títulos para negociação	22.793	354	4.848	10.049	38.044	38.044	25.507	
Certificados de depósitos bancários	-	-	-	-	-	-	3.224	
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	127	127	127	-	
Fundos exclusivos	-	-	-	-	-	-	-	
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	84	84	84	76	
Opções de futuros (nota 5)	176	-	-	-	176	176	478	
Over	22.522	-	-	-	22.522	22.522	2.685	
Títulos da Dívida Agrária	86	354	4.781	9.922	15.143	15.143	19.012	
Swap (nota 5)	9	-	(1.71)	-	(8)	(8)	52	
II. Títulos disponíveis para venda	-	6.126	2.412	11.556	20.092	20.092	15.041	
Letras Financeiras do Tesouro - DPVAT	-	6.129	2.412	11.551	20.092	20.092	15.041	
III. Títulos mantidos até o vencimento	-	-	798	27.657	28.455	29.342	25.315	
Certificados de depósitos bancários	-	-	-	3.558	3.558	3.558	-	
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-	1.000	
Fundos exclusivos	-	-	-	-	-	-	-	
Certificados de depósitos bancários	-	-	-	798	24.099	24.897	25.784	24.315
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	49.257	86.591	87.479	65.863	
Total geral	22.793	6.483	8.058	40.599	86.591	87.479	65.863	

O valor de mercado das quotas de Fundos de Investimento Financeira foi apurado com base nos valores de quotas divulgados pelos Administradores dos fundos de investimento nos quais a Seguradora aplica seus recursos. Os títulos públicos federais foram contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos. Para fins de divulgação apresentamos o valor de mercado com base nas tabelas de referência do mercado secundário da ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais e do Tesouro Nacional.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Em 31 de dezembro de 2009 e 2008, a Seguradora possuía contratos de opções de futuros - DI, cujos valores referenciais totalizavam R\$ 1.086 (R\$ 1.775 em 2008) e contratos de Swap-Dólar x CDI e IGPM x CDI no montante de R\$ 2.406 (R\$ 8.300 em 2008). O diferencial a pagar dos contratos de "Swap" em 31 de dezembro é de R\$ (8) (R\$ 32 em 2008) e os ajustes diários de opções de futuros é de R\$ 176 (R\$ 478 em 2008). Os diferenciais a pagar ou a receber dos contratos de futuros são liquidados diariamente. O Grupo MAPFRE utiliza o mercado de derivativos para realizações de operações ativas e para proteção (hedging), visando sempre a redução da exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros. O uso de derivativos frequentemente é associado a operações com títulos públicos, privados e ações (valores mobiliários). O monitoramento dos riscos das operações realizadas no mercado de derivativos é feito de forma ativa e constante, com políticas rígidas de controle, estratégias previamente estabelecidas e aprovadas de acordo com as políticas de investimento adotadas pelo conglomerado MAPFRE no Brasil. Os limites são sempre pré-determinados, ou seja, todas as operações são submetidas a uma rigorosa análise de "Stress Testing" e confrontadas com a política de controle de risco adotada de "Stop Loss", sendo que após o início das operações passamos a utilizar a política de "Value At Risk" e "Stress Testing" para o monitoramento das posições. Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros derivativos "Mark to Market" são definidos pelo administrador das carteiras e custodiante, BEM DITVM (100% Grupo Bradesco) e Banco Bradesco S.A. respectivamente, que utilizam as curvas e taxas da ANBIMA e BM&F para cálculos e precificação através das metodologias convencionais e comumente acetadas pelo mercado e de acordo com o código de auto-regulação da ANBID. A área de risco da MAPFRE Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. confronta diariamente os resultados obtidos pelo administrador, a fim de se consolidar os resultados obtidos. As operações dos instrumentos financeiros derivativos são controladas, registradas e negociadas na BM&F - Bolsa de Mercadorias e Futuros de São Paulo, na CETIP - Companhia Organizadora de Ativos e Derivativos e na CBLC - Central Brasileira de Liquidação e Custódia, instituições de "Clearing" de alta confiabilidade e renome no mercado brasileiro.

6. DETALHAMENTO DO ATIVO DE RESSEGURO

	2009	2008
Operações com resseguradoras	12.329	8.179
Provisão de sinistros a liquidar	295	214
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	631	(26)
Outros créditos de resseguro	554	553
Despesas de resseguro diferidas	13.809	10.849
Provisão de prêmios não ganhos	3	6
Provisão de prêmios vigentes mas não emitidos	8	20
Provisão complementar de prêmios	21	15
7. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS	62	41

	2009	2008
Circulante	92	86
Receitas administração pública federal	92	86
Realizável a longo prazo	5.969	4.651
Imposto de Renda - adições temporárias	(a)	5.969
Imposto de Renda - prejuízo fiscal	(b)	609
Contribuição Social - adições temporárias	(c)	3.341
Contribuição Social - base negativa	(d)	562
Créditos de PIS	(e)	

MARES - MAPFRE RISCOS ESPECIAIS SEGURADORA S.A. - CNPJ Nº 87.912.143/0001-58

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008 (Em milhares de reais)

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social subscrito e integralizado, já homologado pela SUJSEP é de R\$88.359 e está representado por 443.957.542 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. **b) Dividendos:** É assegurado aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, conforme estabelecido no estatuto social. **c) Reserva legal:** Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento de capital social. **d) Reservas estatutárias:** Conforme previsto no artigo 29º do Estatuto Social a parcela remanescente do lucro anual, não destinada à constituição da reserva legal e à distribuição de dividendos, é transferida para a conta de reservas estatutárias, até o limite do capital social.

13. DETALHAMENTO DE CONTAS DE DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

	Percentual			
	Prêmios ganhos		Sinistralidade	
	2009	2008	2009	2008
a) Principais ramos de atuação				
Fiança locatícia	3.331	1.008	47,9	52,1
Créditos domésticos e riscos comerciais	61.920	51.224	56,8	46,0
Prestamistas	98.377	91.628	13,0	16,2
DPVAT	28.817	20.841	86,7	83,2
VG/APC	404	2.596	320,5	64,5
Demais	752	885	122,9	32,0
	193.601	168.182	39,7	34,6
b) Sinistros retidos				
			2009	2008
Indenizações avisadas			126.556	104.256
Despesas com sinistros			4.625	6.650
Recuperação de sinistros Salvados			(1.259)	(26.504)
Ressarcimentos			(8.352)	(381)
Varição das provisões de sinistros ocorridos mas não avisados			(49.236)	(25.901)
Serviços de assistência			4.448	50
			76.782	58.198
c) Despesas de comercialização				
Comissões			58.462	57.790
Recuperação de comissões			(85)	(2.016)
Outras despesas de comercialização			1.758	216
Variar das despesas de comercialização diferidas			(100)	(368)
			60.035	55.622
d) Outras receitas e (despesas) operacionais				
Receitas				
Recuperação de despesas			128	88
Outras receitas com operações de seguros			2.114	216
			2.242	304

	2009	2008
Despesas		
Despesas com apólices	75	-
Despesas com cobrança	765	634
Lucro atribuído	186	1.439
Provisão para riscos de créditos	136	1.909
Despesas com DPVAT	425	180
Despesas com cartórios	3.677	4.150
Outras	-	7
	5.264	8.319
Total	(3.022)	(8.015)
e) Despesas administrativas		
Pessoal próprio	665	1.316
Serviços de terceiros	2.360	2.019
Localização e funcionamento	1.416	244
Depreciação e amortizações	15	29
Publicações	243	131
Donativos e contribuições	462	485
Despesas administrativas diversas	(41)	126
Recuperação de despesas administrativas	2.965	1.797
Despesas compartilhadas (rateio de despesas administrativas)	(1.666)	(504)
	6.419	5.643
f) Despesas com tributos		
Impostos federais	63	22
COFINS	4.165	4.042
PIS	673	656
Taxa de fiscalização	427	427
Outros	16	4
	5.344	5.151
g) Resultado financeiro		
Receitas		
Receitas com títulos de renda fixa privado	6.595	7.573
Receitas com títulos de renda fixa públicas	2	323
Receitas com operações de seguros	1.781	1.560
Outras receitas financeiras	1.237	500
	9.615	9.956
Despesas		
Despesas com títulos de renda fixa	9	9
Despesas financeiras com operações de seguros	2.035	2.126
Despesas financeiras com empréstimos	-	3.206
Despesas financeiras de encargos sobre tributos	(2.582)	496
Despesas financeiras com impostos e contribuições	-	50
	(538)	5.887
Total	10.153	4.069

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O resultado fiscal do exercício foi apurado como segue:

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2009	2008	2009	2008
Participações no resultado	52.080	39.442	52.080	39.442
Resultado antes dos impostos e participações	(52)	(4)	(52)	(4)
Resultado ajustado	52.028	39.438	52.028	39.438
Adições/exclusões temporárias:				
Provisão para contingências trabalhistas	(263)	(11)	(263)	(11)
Provisão para participações lucros e resultado	36	-	36	-
Provisão para riscos sobre outros créditos	136	1.909	136	1.909
Provisão para contingência COFINS	4.105	4.156	4.105	4.156
Provisão para contingência IRPJ	(298)	74	(298)	74
Provisão para contingência CSLL	(147)	78	(147)	78
Provisão PIS habitacional	100	-	100	-
Adições/exclusões permanentes:				
Despesas operacionais indedutíveis	-	716	-	716
Donativos e contribuições	453	-	453	-
Lucro fiscal do exercício	56.150	46.360	56.150	46.360
Total de impostos do exercício	(a) (13.965)	(12.434)	(8.424)	(4.172)
Diferencial de 6% da alíquota da CSLL	(b)	-	-	(2.216)
Tributos sobre adições temporárias	917	2.079	550	1.865
Incentivos fiscais				
Incentivo à cultura	301	179	-	-
Fundos dos direitos da criança e do adolescente	78	36	-	-
Incentivo ao desporto	69	45	-	-
Total dos impostos	(12.600)	(10.095)	(7.874)	(4.523)

(a) O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% do lucro tributável que excede à parcela de R\$ 240 no exercício. A contribuição social foi calculada à alíquota de 15% a partir de maio/2008 (9% até abril/2008). (b) A alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido passou a ser de 15%. Conforme previsto na IN SRF nº 810/08, aplicamos a alíquota complementar de 6% sobre o lucro ajustado na forma da legislação vigente nos meses de maio e junho/2008.

15. PLANOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Seguradora proporciona plano de previdência complementar aos diretores, que é administrado pela MAPFRE Vera Cruz Vida e Previdência S.A., cujos benefícios compreendem pensão e complemento de aposentadoria. O regime do plano é de contribuição definida, sendo que as contribuições efetuadas durante o exercício totalizaram R\$ 3 (R\$ 23 em 2008).

16. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Outros créditos operacionais no ativo circulante no valor de R\$ 7.694 (R\$ 18.155 em 2008), refere-se principalmente a adiantamentos por conta de agenciamento. b) Títulos e créditos a receber no ativo circulante, no valor de R\$ 51.372 (R\$ 43.654 em 2008), referem-se, principalmente, a créditos a receber decorrentes de recuperação e ressarcimentos de sinistros. c) Participações societárias no valor de R\$ 186 no grupo de investimentos, refere-se a participação acionária na Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S.A.. d) Corretores de seguros e resseguros no passivo circulante, no valor de R\$ 5.874 (R\$ 5.162 em 2008), refere-se basicamente a comissões sobre prêmios emitidos. e) Conforme permite o artigo 14º da Resolução CNSP nº 118/04, de 22 de dezembro de 2004, o comitê de auditoria foi criado na líder do GRUPO, MAPFRE Vera Cruz Seguradora S.A., cujo resumo do relatório do comitê de auditoria está sendo publicado em conjunto com as demonstrações financeiras da MAPFRE Vera Cruz Seguradora S.A., que também abrange as operações da MARES - MAPFRE Riscos Especiais Seguradora S.A.. f) Em 21 de dezembro de 2009, foi publicada a Circular SUJSEP nº 398 que dispõe sobre as normas contábeis para o ano de 2010. Os principais impactos são relativos a publicação de nota explicativa, caso as demonstrações financeiras do 1º semestre 2010 sejam elaboradas com base nas normas contábeis vigentes em 2009, descrevendo as principais alterações que poderão causar impacto sobre as demonstrações do encerramento do exercício, bem como apresentar estimativa dos possíveis efeitos no patrimônio líquido e resultado.

CONSELHO DA ADMINISTRAÇÃO

Conselheiros			
Presidente ANTONIO CÁSSIO DOS SANTOS	ELVIRA LEÃO PALUMBO HELIO ZYLBERSTAJN LAJOSE ALVES GODINHO	MÁRIO JOSÉ GONZAGA PETRELLI MAURO CÉSAR BATISTA	RUY MARTINS ALTENFELDER SILVA SIMÃO DAVI SILBER

DIRETORIA

Diretor Presidente ANTONIO CÁSSIO DOS SANTOS	Diretores Vice-Presidentes MARCOS EDUARDO DOS SANTOS FERREIRA WILSON TONETO	Diretores ANTONIO FERNANDO SIQUEIRA RODRIGUES ARTUR LUIZ SOUZA DOS SANTOS CARLOS ALBERTO LANDIM	Contador CARLOS ALBERTO LANDIM CRC-1SP185339/O-0	Atuário DUARTE MARINHO VIEIRA MBA nº 1112
--	---	---	---	--

PARECER ATUARIAL

Ilmos. Srs. Administradores e Acionistas da **MARES - MAPFRE Riscos Especiais Seguradora S.A.**, levantados em 31 de dezembro de 2009 e 2008, com o objetivo específico de expressar uma opinião sobre as referidas Provisões Técnicas, em atendimento a Resolução CNSP nº 135, de 11 de outubro de 2005 e a Circular SUJSEP nº 272, de 22 de outubro de 2004.

Os exames realizados foram conduzidos de acordo com técnicas e metodologias estatísticas e atuariais conhecidas e aplicáveis no Brasil e compreenderam: (i) obtenção e consistência da base técnica histórica da Seguradora; (ii) análise das Provisões Técnicas: Sinistros a Liquidar, Sinistros Ocorridos e não Avisados (IBNR), Prêmios não Ganhos, Riscos Vigentes e não Emitidos, Insuficiência de Prêmios e Complementar de Prêmios. Considerando a comprovação de suficiência na Provisão de Prêmios Não Ganhos, não houve necessidade da constituição da Provisão de Insuficiência de Prêmios. Em nossa opinião, as Provisões Técnicas acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, todas as

obrigações definidas na legislação vigente e estão refletidas nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2009 e 2008, com valores consistentes e com desvio padrão suficientemente assertivos.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2010

Wilson Toneto
Diretor

Duarte Marinho Vieira
Atuário - MIBA nº 1112

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da **MARES - MAPFRE Riscos Especiais Seguradora S.A.**, em 31 de dezembro de 2009 e 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras. 2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábeis e de controles internos da Seguradora; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Seguradora, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. A Seguradora registra as suas operações e elabora as suas demonstrações financeiras com observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados e pela Superintendência de Seguros Privados, que requerem a constituição da Provisão Complementar de Prêmios - PCP, conforme divulgado na Nota 3l. Como pode ser aferido de sua fórmula de cálculo, a PCP não é constituída com base nos riscos vigentes na data de sua constituição ou na data do encerramento das demonstrações financeiras e, portanto, não representa um desembolso futuro nem uma obrigação efetiva da Seguradora, decorrentes de contratos de seguros em vigor. Como consequência do registro da PCP o patrimônio líquido está sub-avaliado em R\$ 7.147 mil em 2009 e R\$ 6.954 mil em 2008, líquidos de resseguro (R\$ 3.955 mil em 2009 e R\$ 3.849 mil em 2008 líquidos dos efeitos tributários) e o resultado do exercício findo em 2009 está sub-avaliado em R\$ 729 mil em 2009 e R\$ 787 mil em 2008 (R\$ 404 mil em 2009 e R\$ 436 mil em 2008 líquidos dos efeitos tributários). 4. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos da contabilização da Provisão Complementar de Prêmios mencionados no parágrafo 3, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **MARES - MAPFRE Riscos Especiais Seguradora S.A.** em 31 de dezembro de

2009 e 2008, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e os seus fluxos de caixa referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. 5. Conforme mencionado na Nota 7.3, em 31 de dezembro de 2009 e 2008, existem prêmios a receber no montante de R\$ 4.225 mil, registrados na rubrica "créditos das operações de seguros e resseguros" no Realizável a Longo Prazo que estão em processo de cobrança judicial. A realização deste saldo depende do resultado das negociações em curso e/ou da conclusão do processo judicial de cobrança.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2010

Ernst & Young
Ernst & Young
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Grégory Gobetti
Contador CRC-1PR039144/O-8 "S" - SP